Acervo ISA

CEDI
Povos Indígenas no Brasil
Fonte Gazeta Mercantil Class.: 18
Data 15/06/93 Pg.: 19

CONVENÇÃO INTERNACIONAL

Governo brasileiro indica cinco áreas úmidas para preservação integrada

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O governo brasileiro aderiu no ano passado à Convenção de Ramsar, sobre zonas úmidas de importância internacional, especialmente como "habitat" de aves aquáticas, com o propósito de esperar que o tratado, criado em 1973, e na época voltado apenas para o conceito de meio ambiente, evolua para se adaptar a um cenário internacional pós-Conferência do Rio.

"Queremos transformar os documentos internacionais em instrumentos de utilidade do ponto de vista do desenvolvimento sustentável", comentou a este jornal o conselheiro Pedro Motta, chefe da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty. Ao indicar cinco áreas úmidas para preservação, no contexto de Ramsar, o governo assume o compromisso de preservá-las e também revela, para a comunidade internacional, que "vemos essas áreas não isoladamente do resto do País. Temos uma visão integrada, assim como tratamos as áreas indígenas ameaçadas por garimpeiros. Queremos dar um tratamento integrado às áreas indicadas — parques nacionais da Lagoa do Peixe, do Pantanal, do Araguaia, a estação ecológica do Mamirauá e as reentrâncias maranhenses — proteger a área e as pessoas que moram ali", explicou o diplomata.

A Convenção de Ramsar, criada na cidade iraniana do mesmo nome, é secretariada por uma organização não-governamental — União Internacional pela Conservação da Natureza (AUCN), situada em Gland, subúrbio de Genebra (Suiça).

O governo brasileiro conta com a ajuda das organizações não-governamentais — ONG mundiais que apesar de não serem membros efetivos da convenção, assumiram o compromisso (não escrito) de auxiliar os países em desenvolvimento a preservar suas áreas úmidas.

RATIFICAÇÃO

O Brasil ratificou a convenção em junho do ano passado (o Congresso a aprovou) e na semana passada, na cidade japonesa de Kushiro, participou pela primeira vez da 5ª reunião das partes contratantes do tratado. O governo poderia apresentar apenas uma área para inclusão na lista de zonas úmidas de importância internacional, mas o Ministério do Meio Ambiente ampliou a relação para cinco. A área estadual de reentrâncias maranhenses será cuidada pelo governo do Maranhão. As demais, situadas no Rio Grande do Sul (Lagoa do Peixe), do Pantanal, do Araguaia e a estação de Mamirauá (próxima a Manaus), serão preservadas pelo governo federal.

Inicialmente, em 1973, a convenção foi criada para proteger os pássaros. Descobriu-se que eles tinham como rota os EUA, Andes, Antártida, do lado do Pacífico, e, no lado europeu, passavam pela Ásia e Austrália. Outra rota incluía o continente africano. O Brasil sempre foi observador da convenção, tendo aderido a ela somente em 1992.

As reuniões das partes contratantes ocorrem a cada três anos.

O compromisso assumido pelo Brasil na semana passada, ao incluir na lista de Ramsar as cinco áreas úmidas, é muito sério. Significa que, se elas não forem preservadas, o País poderá entrar numa lista negra. Há dispositivos na convenção de acompanhamento das práticas dos países, mas não propriamente um poder policial, de fiscalização.

"Não queremos entrar em conflito com a convenção, mas levar para ela os conceitos da Conferência do Rio, sobre transferência de tecnologia, necessidade de recursos financeiros e a idéia do desenvolvimento sustentável", comentou Motta.

A área de Mamirauá, em Manaus, já é objeto de um acordo de cooperação técnica com o Reino Unido. "É uma área de grande interesse para a biodiversidade", concluiu.

A delegação do Brasil à convenção foi chefiada pelo conselheiro Éverton Vieira Vargas, da embaixada do Brasil em Tóquio, e integrada por Jordan Paulo Wellauer, diretor de ecossistemas do IBAMA.

Terras mais produtivas

por Neuza Serra
de São Paulo

Durante a década de 60, cientistas de vários países tornaram-se cada vez mais preocupados com a massiva destruição de áreas úmidas em várias partes do mundo. Diversas conferências internacionais foram realizadas naquela época e, finalmente, em 1970, foi assinada na cidade de Ramsar, no Irã, a Convenção sobre Áreas Úmidas de Importância Internacional — especialmente aquelas que servem como habitat para aves migratórias, segundo informe do Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

A convenção define como áreas úmidas não só as áreas cobertas por água, tais como rios, alagados e lagos, mas também as áreas adjacentes a essas. Estão incluídas zona costeira e faixa marítima de variação da maré, até uma profundidade de 6 metros, e também áreas diversas, como mangues, recifes de corais, praias, sistemas fluviais, planícies inundáveis e florestas adjacentes.

As áreas úmidas estão entre os tipos de terra mais produtivos do mundo, afirma Paulo Lyra, porta-voz da WWF. Elas fornecem enormes benefícios econômicos para a humanidade, por exemplo, através da produção pesqueira — mais de dois terços da produção mundial de pescados dependem de áreas úmidas. Elas funcionam como esponjas no controle de inundações e secas, fornecem água para a agricultura e para o consumo humano e também ajudam a purificar a água e manter o nível de variações das marés. As áreas úmidas são de importância vital para milhões de espécies de animais e plantas.

Existem hoje cerca de 600 áreas úmidas integrantes na Lista de Ramsar e 77 países signatários da convenção, segundo Lyra. O tamanho delas varia de pouco mais de mil metros quadrados até alguns milhões de hectares. E, caso alguma das áreas contidas na Lista seja ameaçada por qualquer tipo de degradação, existem mecanismos que visam ajudar o país detentor desta área a solucionar o problema.